



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação

O Governo da RAEM anunciou, recentemente, a prorrogação do prazo, para mais um ano, da aplicação do plano provisório de atribuição de abono de residência a agregados familiares da lista de candidatos à habitação social, e propôs ainda o aumento do montante desse abono. Entretanto, quem for notificado, a partir de 1 de Setembro do corrente ano, pelo Instituto de Habitação acerca da atribuição de habitação social e, por motivos pessoais, passa para o fim da lista de candidatura, verá cancelado o seu abono. E mais ainda, a restituição do abono recebido deve ter lugar a partir do mês seguinte ao da verificação da referida ocorrência.

Nestes últimos anos, a economia de Macau desenvolveu-se a ritmo acelerado, o que provocou a subida constante tanto dos preços como das rendas das habitações, resultando no alargamento crescente do fosso entre ricos e pobres. Muitos residentes das camadas sociais mais baixas não podem beneficiar do apoio do Governo nem usufruir dos recursos sociais, e ainda têm que tolerar a grande pressão decorrente da alta taxa de inflação, dos preços e rendas elevadíssimos, etc.. O Governo recorreu, por isso, à política associada à atribuição de habitações sociais, no sentido de ajudar alguns dos residentes cuja capacidade económica é fraca a resolver as suas dificuldades habitacionais, mas durante a execução desta política, não teve em consideração as necessidades reais das famílias da lista de candidatura, não conseguindo, por isso, dar plena resposta às reais necessidades.

Algumas famílias da lista de candidatura moraram sempre na península de



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Macau, local onde os seus elementos trabalham e estudam, por isso, foi essa a sua opção no momento do preenchimento da ficha para requerimento de habitação social. Mas ao fim de muito tempo de espera, estes candidatos foram notificados pelo Instituto de Habitação sobre a atribuição de uma habitação em Coloane. Como a habitação que lhes foi atribuída fica longe da comunidade onde as actividades do seu dia a dia se concentram, a mudança para esse novo local implica a perda de muito tempo e o aumento das despesas com os transportes, o que constitui um incómodo para o quotidiano dessas famílias. Para além disso, o aumento das despesas com os transportes resulta em aumento do seus custos de vida, portanto, depois duma ponderação aprofundada, algumas dessas famílias não tiveram outra alternativa senão desistir da habitação atribuída e passar para o fim da lista de candidatura. Mas agora, com o cancelamento do abono de residência provisório, atribuído pelo Governo, estas famílias vão ver os seus encargos aumentados. O referido abono tem por objectivo atenuar os encargos com as rendas das famílias em lista de candidatura à habitação social. Mas agora, às famílias que passaram para o fim dessa lista não só não lhes é atribuída uma habitação social adequada às suas necessidades, como também vêem cancelada a atribuição do abono de residência, o que resulta num agravamento crescente das suas dificuldades, numa conjuntura em que as rendas são elevadíssimas.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Tendo em conta que a habitação social atribuída não se adequa às necessidades inerentes à sua vida, algumas famílias foram obrigadas a desistir da referida habitação e passaram para o fim da lista de candidatura.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

- O Governo vai reconsiderar a atribuição do abono de residência a estas famílias, com vista a atenuar a sua pressão ao nível da habitação?
2. Tendo em conta que as habitações atribuídas se situam num local diferente do escolhido, muitas famílias optaram por desistir delas e passaram para o fim da lista de candidatura. Como é que o Governo vai resolver esta situação, no sentido de assegurar a atribuição racional e científica da habitação social aos residentes carenciados?
 3. O Governo afirma, no Relatório das LAG para 2014, que vai continuar a acompanhar os trabalhos no âmbito do novo concurso para a habitação social, mas nada refere quanto ao prazo para a respectiva atribuição, aspecto a que os residentes prestam mais atenção. Como as famílias da lista de candidatura à habitação social têm de suportar rendas elevadíssimas, a indefinição da data de atribuição dessas habitações só agrava a pressão, especialmente a nível económico, deste grupo de residentes das camadas sociais mais baixas. Quando é que o Governo pode fixar, para cada concurso de habitação social, o respectivo calendário para atribuição das habitações?

15 de Novembro de 2013.

**A Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau
Leong On Kei**